**Nome:**  Thaís Trevisan Teixeira **n°USP** 7131872 22/05/2019

**a)** Reproductive and Sexual Rights: A Feminist Perspective

**b)** Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres

 As decisões sobre o corpo das mulheres sempre foram regulamentadas através de decisões do Estado, Igreja e sociedade chefiadas por homens. A diferença sexual biológica entre homens e mulheres era utilizada para justificar a maternidade compulsória, direcionando as mulheres aos cuidados dos filhos e da casa, o que não permitia as mesmas assumirem posições de prestígio social.

 Grupos de mulheres feministas organizavam-se para tomar o poder em relação a decisões sobre seu próprio corpo, sendo estas decisões sobre a maternidade, fecundidade, atividade sexual, saúde ginecológica, creches e educação infantil.

A luta para decisões relacionadas ao direito reprodutivo ainda está longe de terminar. Anos após o início dessas pautas, as mulheres ainda estão em posição de desvantagem em relação aos homens no que diz respeito a diferença salarial, cargos de prestígios, liberdade sexual e reprodutiva dentre outros. Atualmente no cenário nacional temos majoritariamente homens no poder legislativo e uma bancada religiosa conservadora que impede que pautas importantes como o direito a escolha e o aborto seguro sejam disponibilizadas as mulheres, tornando a maternidade compulsória um assunto ainda muito presente, principalmente na parcela mais vulnerável da população.

Além do fato das mulheres não terem liberdade sobre o próprio corpo, existe uma hierarquia reprodutiva, que legitima ou não a maternidade exercida pelas mulheres. Quanto maior são os aspectos de vulnerabilidade (ausência de parceiro, pobreza, número grande de filhos, gênero e sexualidade) menos é legitimada o direito àquela gestação/maternidade. É muito importante aqui ressaltar que é pouco legitimada, mas ainda sim compulsória.

Mulheres vulneráveis são julgadas quando “optam” pela maternidade ou quando a negam. Direitos de ir e vir lhe são retirados tendo em vista a ausência de suporte do Estado para as mulheres mães que trabalham como autônomas ou mesmo com vínculo formal, pois os dados demonstram que muitas mulheres são desligadas de suas funções ao retornar da licença maternidade (considerado um privilégio por muitos). Ausência de vagas em creches também é um tema ainda atual, pois impossibilita a mulher realizar uma atividade laboral para além da maternidade.

Ainda hoje o Estado e sociedade não garantem direitos básicos as mulheres em suas decisões, tampouco dão poder de decisão sobre seus corpos. A vulnerabilidade da mulher é inversamente proporcional a legitimidade de suas “escolhas”, sejam essas desde de disponibilidade a métodos contraceptivos, aborto ilegal a direito a creches e licença maternidade (muitas vezes mulheres vulneráveis financeiramente não tem um vínculo formal).

Quando optam pela maternidade a elas não negados direitos a partos respeitosos, utilização de melhores recursos técnicos, materiais e técnicas, apoio emocional, continuidade do cuidado e acompanhamento com suporte físico, emocional, estrutural e de direitos.